

NORTEC QUÍMICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades da Nortec Química S.A. compreendem basicamente a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezesete, 200, no Distrito Industrial Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Sociedade conseguiu o registro de Companhia Aberta “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Os principais clientes da Sociedade nos exercícios sociais de 2012 e 2011 foram: Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos 8 principais clientes: Sanofi-Medley, Eurofarma, Hypermarcas, Takeda, Cristália e EMS .

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1- Declaração de conformidade

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Essas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração em 20 de fevereiro de 2013.

2.2- Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3- Ajustes a valor presente

Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.4- Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

- *Receita de venda* – A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
 - a) a Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
 - b) a Sociedade não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
 - c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
 - d) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Sociedade; e
 - e) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

- *Juros (receita financeira)* – A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.5- Moeda estrangeira

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o real. Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (o real), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. A Sociedade não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

2.6- Custo dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.7- Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Sociedade irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Sociedade reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa que as subvenções pretendem compensar.

Os empréstimos do BNDES, nota explicativa 10, possuem taxas que são consideradas de mercado para os tipos de operação que financia; portanto, não são considerados como subvenções governamentais.

2.8- Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Sociedade com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.9- Imobilizado

Os ativos imobilizados estão ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Organização. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10- Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor Sociedade de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.11- Ativos intangíveis

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12- Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.13- Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

Reestruturações

A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Sociedade tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa.

2.14- Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.15- Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de um Sociedade gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Sociedade, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiros, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado, O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 15.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade não possui ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos em ações que sejam classificadas como ativos financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Sociedade na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do ativo na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Sociedade não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Sociedade reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Sociedade continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, a Sociedade aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

2.16- Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Sociedade e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Sociedade, e quando as informações a respeito da Sociedade forem fornecidas internamente com a mesma base; ou o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 -Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 15.

b) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

c) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

d) Contratos de garantia financeira

A Sociedade não possui contratos de garantia financeira.

e) Baixa de passivos financeiros

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Sociedade em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de a Sociedade manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é de R\$27.248 (31 de dezembro de 2011: R\$23.777). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa 15.

3.2 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

Recuperação de ativos de vida longa (“impairment”)

Ativos que têm vida útil indefinida e não sujeitos à amortização têm sua recuperação testada anualmente, enquanto que os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisado pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. As perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o maior valor provável de recuperação de um ativo de vida longa, calculado (a) pelo seu valor em uso (valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros), ou (b) valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda.

Vida útil dos bens do imobilizado

A Sociedade considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

Não houve alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração considera a vida útil econômica previamente estimada como adequada.

Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas 2 e 15, a Sociedade usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 15 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas

na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.3 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das IFRS

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à IAS 12	Recuperação de ativos subjacentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
Alterações à IFRS 7	Exigências maiores para divulgação de desreconhecimentos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.

Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2012. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Sociedade.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10	Demonstrações financeiras consolidadas	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11	Negócios em conjunto	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12	Divulgação de participações em outras Entidades	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13	Mensuração do valor justo	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificação à IAS 1	Apresentação dos itens de outro resultado abrangente	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2012.
Modificação a IFRS 7	Divulgação – Compensação de ativos e passivos financeiros	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Modificações às IFRS 10, 11 e 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: Guia de transição	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefício a empregados	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações financeiras separadas	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações à IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Modificações às IFRS	Ciclo de melhorias anuais aos 2009-2011	
IFRIC 20	Custo de remoção na fase de produção de uma Mina de Superfície	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

4. EFEITO DA ADOÇÃO DAS IFRS (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1 de janeiro de 2010. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

São os seguintes os efeitos da adoção inicial do IFRS sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2010 e de 1 de janeiro de 2011, bem como o resultado líquido de 2011, todos anteriormente reportados:

	<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>Resultado</u>
	<u>01.01.2011</u>	<u>31.12.11</u>	<u>2011</u>
Valores anteriormente reportados	27.823	36.096	10.918
Efeitos líquidos decorrentes de novos critérios contábeis:			
Baixa de ativo diferido	<u>(1.060)</u>	<u>(707)</u>	<u>353</u>
Valores reapresentados	<u>26.763</u>	<u>35.389</u>	<u>11.271</u>

A Sociedade registrava em uma conta denominada Ativo Diferido as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíam, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social, de acordo com as práticas contábeis anteriores. Essas despesas e gastos não atendem a definição de ativo de acordo com as IFRSs. O efeito dessa mudança é uma diminuição no ativo e no patrimônio líquido.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Sociedade, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, de três meses ou menos, todos líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31 de dezembro		1 de janeiro
	2012	2011	2011
Aplicação Financeiras em CDB (HSBC, Itaú, Banco do Brasil e Santander)	11.132	10.648	8.995
Caixa	4	4	3
Saldos bancários	1.837	3.920	575
Total	12.973	14.572	9.573

As aplicações financeiras estão contabilizadas a valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 97,50 a 102,00% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	31 de dezembro		1 de janeiro
	2012	2011	2011
Clientes nacionais	13.628	8.331	6.007
Clientes estrangeiros	647	874	2.004
Total	14.275	9.205	8.011

O período médio de crédito na venda de produtos é de 34 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber.

Do saldo de contas a receber de clientes no fim do exercício, o maior volume são devidos pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, um dos principais clientes da Sociedade (vide nota explicativa 1).

O saldo da conta “Contas a receber de clientes” inclui valores (vide a análise por vencimento) vencidos no final do período de relatório, para os quais a Sociedade não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis. A Sociedade não tem garantias para esses saldos nem tem o direito legal de compensá-los com valores devidos pela Sociedade ao devedor, quando aplicável.

Composição por vencimento do contas a receber que não estão incluídos como devedores duvidosos e portanto provisionados como de créditos de liquidação duvidosa:

	31 de dezembro		1 de janeiro
	2012	2011	2011
A vencer	6.876	4.340	4.644
Vencidos até 30 dias	4.103	3.053	1.312
Vencidos de 30 até 60 dias	2.768	1.004	567
Vencidos de 60 até 90 dias		255	559
Vencidos de 91 até 120 dias	7	215	165
Vencidos de 121 até 180 dias	399	183	472
Vencidos acima de 180 dias	122	155	292
	<u>14.275</u>	<u>9.205</u>	<u>8.011</u>

A Sociedade normalmente constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber nacionais vencidas há mais de 90 dias e internacionais vencidas há mais de 180 dias, entretanto, para o montante de R\$ 528 vencidos a mais de 121 dias, a Administração da Sociedade não efetuou a provisão para perda desse valor, por está em negociação junto aos clientes.

A Sociedade considera ainda para a constituição e provisão para créditos de liquidação duvidosa, valores irre recuperáveis, estimados e determinados em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

Antes de aceitar novos clientes, a Sociedade avalia qualidade de crédito do potencial cliente e define os limites de crédito por cliente. Os limites e a pontuação atribuídos aos clientes são revisados periodicamente duas vezes ao ano.

7. ESTOQUE

	31 de dezembro		1 de janeiro
	2012	2011	2011
Produtos acabados	4.669	5.823	3.801
Produtos em processo	4.077	3.415	3.415
Matérias – primas	8.140	4.302	4.774
Total	<u>16.886</u>	<u>13.540</u>	<u>11.990</u>

A Administração espera que os estoques sejam vendidos em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro		1 de janeiro
	2012	2011	2011
IRPJ	446	426	402
CSSL	814	246	157
COFINS	466	1.131	567
PIS	168	246	122
Outros	279	122	100
Total	2.173	2.171	1.348

9. IMOBILIZADO

			Valor líquido 31 de dezembro		Valor líquido 1 de janeiro	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2012	2011	2011
Terrenos		58		58	58	58
Instalações	10%	9.028	(3.748)	5.280	5.523	5.806
Máquinas e equipamentos	10%	9.805	(7.026)	2.779	1.447	1.016
Móveis e utensílios	10%	737	(557)	180	107	78
Veículos	20%	353	(134)	219	127	58
Equipamentos de informática	20%	992	(604)	388	301	201
Imobilizado em andamento		3.287		3.287	3.602	2.336
Outros	20%	1.723	(1.713)	10	11	11
Total		25.983	(13.782)	12.201	11.176	9.564

Movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2012:

	Saldo líquido em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo líquido em 31.12.2012
Terrenos	58					58
Instalações	5.523			96	(339)	5.280
Máquinas e equipamentos	1.447	301	(125)	1.465	(309)	2.779
Móveis e utensílios	107	95	(1)	1	(22)	180
Veículos	127	156			(64)	219
Equipamentos de informática	301	168			(81)	388
Imobilizado em andamento	3.602	1.394	(147)	(1.562)		3.287
Outros	11				(1)	10
Total	11.176	2.114	(273)		(816)	12.201

Parte do ativo imobilizado no montante de R\$9.422 a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao FUNDES.

A Administração da Sociedade considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

Não houve alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração considera a vida útil econômica previamente estimada como adequada.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31 de dezembro				
	2012		2011		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>
Empréstimos com terceiros:					
FUNDES – Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>534</u>	<u>383</u>	<u>478</u>	<u>917</u>	
Empréstimos com partes relacionadas:					
BNDES – Contrato 05.200.033/019			300	1	
BNDES – Contrato 08.202.291/010	681	1.423	600	2.105	
BNDES – Contrato 09.207.681/019	559	1.360	500	1.920	
Outros acionistas		839		777	
	<u>1.240</u>	<u>3.622</u>	<u>1.400</u>	<u>4.803</u>	
Total	<u>1.774</u>	<u>4.005</u>	<u>1.878</u>	<u>5.720</u>	

Empréstimos com Terceiros - FUNDES

Principal:	R\$2.351 mil
Juros:	6% a.a.
Vencimento:	Juros trimestrais e o principal em 60 meses a partir de dezembro/09
Garantia:	Certos ativos patrimoniais (bens do ativo imobilizado)

Empréstimos com Terceiros – Outros (Mútuo)

Principal:	R\$29 mil
Juros:	2% a.a.
Vencimento:	Juros Mensais e TJLP – Vencimento até julho/15
Garantia:	-

Empréstimos com Terceiros – Outros acionistas

Principal:	R\$714 mil
Juros:	2% a.a.
Vencimento:	Juros Mensais e TJLP – Vencimento até julho/16
Garantia:	-

Empréstimos com Partes Relacionadas – BNDES (acionista – vide nota 13)

- Contrato N° 05.200.033/019

Principal:	R\$6.000 mil
Juros:	6% a.a.
Vencimento:	Juros trimestrais e o principal em 60 parcelas a partir de abril/07.
Garantia:	Bens dos Sócios Majoritários.

- Contrato BNDES N° 08.202.291/010

Principal:	R\$3.000 mil
Juros:	4,5% a.a.
Vencimento:	Juros trimestrais e o principal em 60 parcelas a partir de junho/11.
Garantia:	Bens dos Sócios Majoritários.

- Contrato BNDES N° 09.207.681 /019

Principal:	R\$2.500 mil
Juros:	3,5% a.a.
Vencimento:	Juros trimestrais e o principal em 60 parcelas a partir de novembro/11.
Garantia:	Bens dos Sócios Majoritários.

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente esses contratos, se for comprovado o seguinte:

- 1) Redução do quadro de pessoal;
- 2) Existência de sentença condenatória, que importe em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raças ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo;
- 3) A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, que limite ou cerceiem o controle de qualquer empresa pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importem em:
 - I- Restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - II- Restrições de acesso da beneficiária a novos mercados, ou
 - III- Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este contrato em finalidade diversas, o BNDES comunicará o fato ao Ministério Público Federal.

Este contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade de dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na beneficiária ou esteja entre os seus proprietários ou diretores. Caso ocorra, o vencimento será no prazo de 5 dias úteis a contar da data da diplomação.

Vencimento da Parcela Não Circulante

A parcela não circulante vence nos seguintes anos:

	2012
2014	1.579
2015	1.152
2016 em diante	1.274
Total	4.005

RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os empréstimos com o BNDES (partes relacionada – acionista - vide nota 13) e outros geraram juros classificados como despesa financeira no resultado de 2012, no montante de R\$202 (2011 – R\$279).

11. FORNECEDORES

	31 de dezembro		1 de janeiro
	2012	2011	2011
Fornecedores nacionais	3.248	820	814
Fornecedores estrangeiros	2.519	1.776	821
Total	5.767	2.596	1.635

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

12. CONTINGÊNCIAS

A Administração da Sociedade, suportada por seus consultores legais, entende que os valores provisionados como contingências, no valor total de R\$187, é suficiente para cobrir perdas prováveis nesses processos.

O total das contingências cuja perda é considerada possível é de R\$4.411 e, pela própria definição, não foi contabilizada.

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável.

Como a legislação é frequentemente sujeita a interpretações, não é possível assegurar a aprovação final desses impostos e contribuições pelas autoridades legais e fiscais competentes.

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social autorizado, subscrito e integralizado está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais "B"</u>	<u>Total</u>
Acionistas Controladores	9.501.915		9.501.915
BNDES Participações S.A.		2.375.479	2.375.479
Outros	1		1
Total	<u>9.501.916</u>	<u>2.375.479</u>	<u>11.877.395</u>

As ações ordinárias e preferenciais dão direito a um voto por ação e a dividendos de 25% do lucro líquido ajustado, segundo a legislação societária, sendo que as ações preferências classe "B", fazem jus a um dividendo superior em 10% àqueles destinados às ações ordinárias. É o seguinte o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

Lucro líquido do exercício	10.348
Constituição da reserva legal – 5%	<u>(517)</u>
Base de cálculo	<u>9.831</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.458
Dividendos adicionais de 10% - acionistas ações preferenciais classe "B"	<u>48</u>
Total na forma de juros sobre capital próprio e na forma de dividendos	2.506
Dividendos de 2012 pagos	<u>(312)</u>
Total dos dividendos mínimos obrigatório a pagar – passivo	<u>2.194</u>

A Administração está propondo que o saldo remanescente do lucro do exercício, após a destinação para a reserva legal e para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios seja destinado à constituição de reservas de lucro.

A Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária, do exercício de 2013, a destinação do excedente das reservas de lucros sobre o capital

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade não apresenta em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>12.485</u>	<u>14.337</u>
Imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	(4.245)	(4.874)
Diferenças permanentes – outros	37	151
Reversão (constituição) da provisão para perda na realização de impostos diferidos	(5)	(12)
Imposto de renda e contribuição social – resultado	<u>(4.213)</u>	<u>(4.735)</u>

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Diferenças temporárias	155	150	138
Provisão para perda na realização de impostos diferidos ativos	<u>(155)</u>	<u>(150)</u>	<u>(138)</u>
Total	<u></u>	<u></u>	<u></u>

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Gestão de risco de capital

A Sociedade administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Sociedade permanece inalterada desde 2009.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 10), deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Sociedade (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

A Administração revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2012 é de 0%, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Dívida (a) - Empréstimos e financiamentos	5.779	7.598	8.932
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.973)</u>	<u>(14.572)</u>	<u>(9.573)</u>
Dívida líquida	(7.194)	(6.974)	(641)
Patrimônio líquido (b)	<u>43.410</u>	<u>35.389</u>	<u>26.763</u>
Índice de endividamento líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhados na nota 10.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

15.2. Categorias de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram

	2012			2011			2010		
	Valor justo através do resulta do	Custo amortiza do	Total	Valor justo através do resultad o	Custo amortiza do	Total	Valor justo através do resultad o	Custo amortiz ado	Total
Tota									
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12.973		12.973	14.572		14.572	9.573		9.573
Contas a receber		14.275	14.275		9.205	9.205		8.011	8.011
(Passivos)									
Empréstimos e financiamentos - terceiros		(917)	(917)		(1.395)	(1.395)		(1.874)	(1.874)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas		(4.862)	(4.862)		(6.203)	(6.203)		(7.058)	(7.058)
Fornecedores		(5.767)	(5.767)		(2.596)	(2.596)		(1.635)	(1.635)
						13.583		(2.556))	
Líquido	12.973	2.729	15.702	14.572	(989)		9.573		

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

15.3. *Objetivos da administração dos riscos financeiros*

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Sociedade coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Sociedade por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

15.4. *Risco de mercado*

Por meio de suas atividades, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil de sua operação e, portanto bem equacionado. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

15.5. *Gestão de risco de taxa de câmbio*

A Sociedade faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2012, o dólar norte-americano sofreu valorização de 8,94% frente ao real (2011 – valorização de 12,58%). É a seguinte a exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2012, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira:

	<u>R\$ mil</u>	
	<u>2012</u>	<u>Moeda</u>
Ativo:		
Contratos de câmbio em andamento	1.083	US\$
Contas a receber	647	US\$
Adiantamento a fornecedores	1.135	US\$
Passivo:		
Seguro Transporte	164	US\$
Fornecedores	2.519	US\$

Análise de sensibilidade à moeda estrangeira:

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Sociedade ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do período de relatório para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui contas quando a denominação desses valores é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Para uma desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados a seguir seriam negativos. Em caso de desvalorização do real de 10% em relação à outra moeda, os efeitos no resultado e patrimônio seriam os seguintes:

	2012
Resultado	(18)
Patrimônio	(18)

Em caso de valorização do real de 10% em relação à outra moeda, os efeitos no resultado e patrimônio seriam os seguintes:

	2012
Resultado	18
Patrimônio	18

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

15.6. Gestão do risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas. Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

15.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Sociedade utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Sociedade e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

Do saldo de contas a receber de clientes no fim do exercício, o maior volume são devidos pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e a Blanver Farmoquímica que foram os principais clientes da Sociedade (vide nota explicativa 1) nos exercícios de 2012 e 2011. Demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Sociedade não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Sociedade não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

15.8. Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 3.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

15.9. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados.

16. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Sociedade no exercício para operações continuadas:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Vendas nacionais	93.457	81.923
Vendas para o exterior	<u>3.097</u>	<u>3.840</u>
Total	<u><u>96.554</u></u>	<u><u>85.763</u></u>

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita bruta	96.554	85.763
Menos:		
Cancelamentos incondicionais	(727)	(739)
Impostos sobre vendas	<u>(5.110)</u>	<u>(3.660)</u>
Total	<u><u>90.717</u></u>	<u><u>81.364</u></u>

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Sociedade considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

	Limite máximo de indenização em 31 de dezembro de 2012	
	Danos materiais	Responsabilidade civil
Riscos operacionais:		
Compreensivo empresarial	12.738	750
Veículos	310	440
	13.048	1.190
Riscos financeiros	5.202	
TOTAL	18.250	1.190

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Informamos que não foram prestados outros serviços pela Premium Auditores Associados, além dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis.